



UNIVERSITAT DE  
BARCELONA



## Revista de Bioética y Derecho

### Perspectivas Bioéticas

[www.bioeticayderecho.ub.edu](http://www.bioeticayderecho.ub.edu) - ISSN 1886-5887

## DOSSIER ALIMENTACIÓN, ÉTICA Y DERECHO

**Soberania alimentar na interseção entre bioética e direitos humanos: uma revisão integrativa da literatura**

**Soberanía alimentaria en la intersección entre bioética y derechos humanos: una revisión integrada de literatura**

**Food sovereignty in the intersection between bioethics and human rights: an integrative review of literatura**

**Sobirania alimentària en la intersecció entre bioètica i drets humans: una revisió integrada de literatura**

**RICARDO CINI, CAROLINE ROSANELI, THIAGO CUNHA \***

## OBSERVATORI DE BIOÈTICA I DRET DE LA UNIVERSITAT DE BARCELONA

La Revista de Bioética y Derecho se creó en 2004 a iniciativa del Observatorio de Bioética y Derecho (OBD), con el soporte del Máster en Bioética y Derecho de la Universidad de Barcelona: [www.bioeticayderecho.ub.edu/master](http://www.bioeticayderecho.ub.edu/master). En 2016 la revista Perspectivas Bioéticas del Programa de Bioética de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) se ha incorporado a la Revista de Bioética y Derecho.

Esta es una revista electrónica de acceso abierto, lo que significa que todo el contenido es de libre acceso sin coste alguno para el usuario o su institución. Los usuarios pueden leer, descargar, copiar, distribuir, imprimir o enlazar los textos completos de los artículos en esta revista sin pedir permiso previo del editor o del autor, siempre que no medie lucro en dichas operaciones y siempre que se citen las fuentes. Esto está de acuerdo con la definición BOAI de acceso abierto.

\* Ricardo Cini. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Brasil. E-mail: [riicardo.cini@hotmail.com](mailto:riicardo.cini@hotmail.com).

\* Caroline Rosaneli. Nutricionista, Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: [caroline.rosaneli@gmail.com](mailto:caroline.rosaneli@gmail.com).

\* Thiago Cunha. Doutor e Mestre em Bioética pela Universidade de Brasília, Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: [rocha.thiago@pucpr.br](mailto:rocha.thiago@pucpr.br).

## Resumo

O conceito de soberania alimentar pauta-se na tentativa de contrariar o sistema de produção alimentar, comandado pelas grandes empresas, que retiram o direito dos povos de decidirem sobre sua alimentação. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura com pergunta norteadora orientada pela bioética, através da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Para busca, utilizaram-se os descritores “soberania” e “alimentar”, tendo como resultado 21 artigos para leitura integral. Compilou-se em três categorias: [I] Aspectos do meio-ambiente, [II] Direitos Humanos e [III] Aspectos político-econômicos. A análise demonstrou que a concentração de terras, de meios de produção, e capital, têm trazido consequências para a saúde e iniquidades das populações, sem atentar-se com a sustentabilidade e a sobrevivência do próprio planeta.

**Palavras-chave:** segurança alimentar; soberania alimentar; bioética; direitos humanos; revisão integrativa.

## Abstract

The concept of food sovereignty is based on the attempt to counteract the food production's system, led by large companies, which withdraw the autonomy of people to decide on their food actions. An integrative review of literature was conducted with a guiding question oriented by bioethics, through the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights. The search on the database was made with the descriptors "sovereignty" and "food", resulting in 21 articles for full reading. They were compiled in three categories: [I] Aspects of the environment, [II] Human Rights and [III] Political-economic aspects. The analysis has shown that the concentrations of land, means of production, and capital, have brought consequences for the iniquities of populations and their health, without regard to the sustainability and survival of the planet.

**Keywords:** food security; food sovereignty; bioethics; human rights; integrative review.

## Resumen

El concepto de soberanía alimentaria se basa en intentar contrarrestar el sistema de producción de alimentos desarrollado por grandes empresas que anula la autonomía de las personas para decidir sobre su consumo alimentario. A través de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos, se realizó una revisión integral de la literatura existente guiada por una preguntada orientada dentro del campo de la bioética. La búsqueda en la base de datos se hizo con los descriptores "soberanía" y "comida", y como resultado aparecieron 21 artículos de lectura completa. Éstos se compilaron en tres categorías: [I] Aspectos vinculados al medio ambiente, [II] Derechos Humanos y [III] Aspectos político-económicos. El análisis ha demostrado que la tenencia de la tierra en pocas manos, los medios de producción y el capital han traído graves consecuencias para la población y para su salud, sin tener en cuenta la sostenibilidad y la supervivencia del planeta.

**Palabras clave:** seguridad alimentaria; soberanía alimentaria; bioética; derechos humanos; revisión integral.

## Resum

El concepte de sobirania alimentària es basa en intentar contrarestar el sistema de producció d'aliments desenvolupats per grans empreses que anul·la l'autonomia de les persones per a decidir sobre el seu consum alimentari. A través de la Declaració Universal sobre Bioètica i Drets Humans, es va realitzar una revisió integral de la literatura existent guiada per una preguntada orientada dins del camp de la bioètica. La recerca dins la base de dades es va fer amb els descriptors "sobirania" i "menjar", i com a resultat varen aparèixer 21 articles de lectura completa. Aquests es van recopilar en tres categories: [I] Aspectes lligats al medi ambient, [II] Drets Humans i [III] Aspectes polític-econòmics. L'anàlisi ha demostrat que la tinència de la terra en poques mans, els mitjans de producció i el capital han generat grans conseqüències per a la població i per a la seva salut, sense tenir en compte la sostenibilitat i la supervivència del planeta.

**Paraules clau:** seguretat alimentària; sobirania alimentària; bioètica; drets humans; revisió integral.

## 1. Introdução

No século XX, após as dificuldades de abastecimento de alimentos decorrentes das grandes guerras mundiais, das preocupações com o crescimento descontrolado da população global e das novas dinâmicas das relações geopolíticas, a disponibilidade alimentar passou a ser uma problemática abordada por diversas áreas do conhecimento, inclusive pela produção inicial da bioética com Potter nos anos 1970 (POTTER, 1971).

Após o fim da guerra-fria, no início dos anos 90, a produção de alimentos passou por um processo crescente de globalização marcado por um sistema internacional de livre-mercado cujo objetivo —longe de entender as necessidades alimentares da população global— foi e ainda é o aumento e concentração de lucros por meio da redução do custo de trabalho, da instalação de monoculturas em grandes propriedades de terras, e inovações biotecnológicas para aumento da produtividade (MORAES e VIEIRA, 2015).

De modo que, atualmente, observa-se um grave conflito ético relacionado à desvinculação da relação da produção alimentar com a natureza, bem como com os contextos culturais, fisiológicos e nutricionais da alimentação, outrora tidos como as principais razões para a produção de alimentos. No mesmo contexto do conflito ético, o desenvolvimento de tecnologias na área alimentar tem buscado o aumento da produtividade não para alimentar mais pessoas, mas para produzir como menos custos, aumentar as vendas e, conseqüentemente, os lucros.

Globalmente, as grandes —e poucas— empresas que controlam o mercado definem o que produzir, como, para quem; retiram a autonomia dos países quanto às decisões de abastecimento e ferem sua autossuficiência, tendo conseqüências diretas nas pequenas famílias rurais que produziam alimentos para consumo interno, sem competitividade suficiente para seu sustento e que acabaram marginalizadas (CHONCHOL, 2005; SÁNCHEZ e MUÑOZ, 2014).

É nesse caminho que nas últimas décadas se coloca em pauta o tema da soberania alimentar, conceito apresentado na Conferência Mundial sobre Alimentação<sup>1</sup> (1996), e posteriormente, definido no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar de 2001 como:

*o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as*

---

<sup>1</sup> VIA CAMPESINA. The Right to Produce and Access to Land. Food Sovereignty: A Future without Hunger. Rome, 1996. Disponível em <http://www.acordinternational.org/silo/files/decfoodsov1996.pdf>.

*próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental (SILIPRANDI, 2001).*

Observa-se, assim, que ao pautarem o tema da produção alimentar como uma questão relacionada ao direito dos povos e ao respeito às diversidades culturais e naturais, as discussões sobre soberania alimentar apresentam-se como um contraponto ético ao modelo hegemônico de produção alimentar, reforçado pelos movimentos sociais como mais que um conceito, pois:

*se trata de un principio y de una ética de vida que no responde a una definición académica, sino que emerge de un proceso colectivo de construcción, participativo, popular y progresivo y se fue enriqueciendo en cuanto a sus contenidos como resultado de un conjunto de debates y discusiones políticas iniciadas en el propio proceso de conformación de la instancia que abriga las organizaciones campesinas, críticas de las actuales políticas agrarias liberalizadoras y de alimentación (STEDILE e CARVALHO, 2011, p.16-17).*

Como indicou Heinisch (2013, p.31-32), a definição deste termo tem se transformado conforme mais estudos são realizados, e *“ya no se trata solamente de poner en cuestión las reglas de los intercambios internacionales de productos agrícolas sino también de entender y manejar la agricultura, la alimentación, la vida rural y el vínculo campo/ciudades de otra forma”*.

No Brasil, soberania alimentar fez-se notar na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº11346/2006), no Art.5º (BRASIL, 2006): e atualmente é conceituada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato à Presidência, sendo (BRASIL, 2013):

*um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza.*

Fica evidente, assim, que a soberania alimentar prega o oposto do modelo atual vigente, que visa atender as necessidades do mercado, *“un escenario globalizado y dominado por ciertos sistemas de producción, comercialización y consumo, a cargo de la agroindustria y monopolios transnacionales, lo único que ha generado son negocios millonarios a costa del hambre mundial, a la vez de un desequilibrio ambiental cada vez más severo” (SÁNCHEZ e MUÑOZ, 2014, p.130).*

Esta pauta abre diálogo para discutir os problemas relacionados à alimentação no âmbito da política global, dando protagonismo aos povos e Estados de definirem suas próprias estratégias sustentáveis de produção, que não reproduzam iniquidades e acabem por violar ainda mais o direito à alimentação adequada.

Aproximando o tema soberania alimentar aos referenciais da bioética, visualiza-se a pertinência da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos<sup>2</sup> (DUBDH), na medida em que esta oferece suporte para analisar conflitos éticos envolvendo a reprodução da vida em sua mais ampla concepção (GARRAFA, 2005), bem como por oferecer bases normativas para formulação de políticas nacionais e internacionais que garantam o direito à alimentação.

Dessa forma, este artigo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, os conflitos éticos envolvidos na discussão sobre soberania alimentar, relacionando sua garantia com os princípios normativos da interface entre a bioética e os direitos humanos.

## 2. Metodologia

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, baseado na sequência exposta por Souza, Silva e Carvalho (2010, p.103-104)<sup>3</sup>, que procura “identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto” através de descritores definidos.

A pergunta norteadora foi definida a partir do campo da bioética: Como os aspectos relacionados à soberania alimentar, quando não respeitados, violam os princípios propostos pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos?

Para tanto, realizou-se busca em Abril de 2017, com descritores na forma “soberania” e “alimentar” nas bases de dados latino-americanas Scientific Electronic Library Online Brasil – SciELO.BR (13 resultados), Scientific Electronic Library Online - SciELO.ORG (22 resultados) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS (14 resultados). Encontraram-se 49 artigos, sendo que 2 não estavam com texto completo disponível para acesso por serem antigos (anos 1988 e 1999), totalizando 47. A partir da leitura do título e resumo,

---

<sup>2</sup> UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, Portugal, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>

<sup>3</sup> (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca ou amostragem na literatura; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados; (6) apresentação da revisão integrativa.

realizou-se a exclusão de artigos duplicados, resultando em 23. Nessa análise, a partir da leitura do resumo, excluíram-se 2 artigos que não desenvolviam conteúdos diretamente relacionados à soberania alimentar, restando então **21 artigos para a análise** em leitura integral.

### 3. Resultados

A partir da metodologia empregada, foram definidos os seguintes artigos para análise:

Nº	Nome do artigo	Autores/as	Ano	Periódico	País
1	A fome como questão política	Betto, F.	2003	Estudos Avançados	Brasil
2	A soberania alimentar	Chonchol, J.	2005	Estudos Avançados	Brasil
3	Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil	Miranda A.C., Moreira, J.C., Carvalho, R., & Peres, F.	2007	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Brasil
4	Canasta básica de alimentos	Antún, C., Graciano, A., & Patrón, V.R.	2010	DIAETA (Buenos Aires)	Argentina
5	Cadenas productivas y disponibilidad de alimentos en Argentina	Giai, M., & Veronesi, G.	2010	DIAETA (Buenos Aires)	Argentina
6	Reconfiguraciones conceptuales, políticas y territoriales en las demandas de autonomía de los pueblos indígenas en Colombia	Ulloa, A.	2010	Tabula Rasa	Colômbia
7	Child feeding practices and household food insecurity among low-income mothers in Buenos Aires, Argentina.	Lindsay, A.C., Ferarro, M., Franchello, A., Barrera, R. Machado, M.M.T., Pfeiffer, M.E., & Peterson, K.E.	2012	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Brasil
8	Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar	Sauer, S., & França, F.C.	2012	Caderno CRH	Brasil
9	Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora	Porto, M.F., & Soares, W.L.	2012	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	Brasil
10	Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar	Gomes Jr, N.N., & Andrade, E.R.	2013	Textos contextos (Porto Alegre)	Brasil
11	Regional food dishes in the Brazilian National School Food Program: Acceptability and nutritional composition	Cunha, D.T., Gonçalves, H.V.B., Lima, A.F.A., Martins, P.A., Rosso, V.V., & Stedefeldt, E.	2014	Revista de Nutrição	Brasil

12	Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR)	Silva, J.V.R., & Thomaz Jr, A.	2014	Revista Colombiana de Geografía	Colômbia
13	El escenario actual de la alimentación en México	Sánchez, G.S., & Muñoz, V.H.P.	2014	Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)	Brasil
14	Soberania alimentar: uma perspectiva cética	Bernstein, H.	2015	Sociologias	Brasil
15	A agroecologia: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica	Lacey, H.	2015	Estudos Avançados	Brasil
16	Revisión de enfoques de políticas alimentarias: entre la seguridad y la soberanía alimentaria (2000-2013)	López-Giraldo, L.A., & Franco-Giraldo, A.	2015	Cadernos de Saúde Pública	Brasil
17	Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai	Moraes, I.A. & Vieira, F.A.C	2015	Estudos Históricos (Rio de Janeiro)	Brasil
18	Agrocombustibles y soberanía alimentaria en Colombia	Díaz, A.J.A., & Escobar, Y.C.	2015	Cuadernos de Geografía	Colômbia
19	Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil	Maluf, R.S., Burlandy, L., Santarelli, M., Schottz, V., & Speranza, J.S.	2015	Revista Ciência & Saúde Coletiva	Brasil
20	Importancia de la economía campesina en los contextos contemporáneos: una mirada al caso colombiano	Santacoloma-Varón, L.E.	2015	Entramado	Colômbia
21	Seguridad Alimentaria vs. Soberanía Alimentaria: La cuestión alimentaria y el modelo del agronegocio en la Argentina	García-Guerreiro, L., & Wahren, J.	2016	Trabajo y sociedad	Argentina

Quadro 1. Artigos analisados em ordem de ano de publicação, com título, autores, periódico/revista e país de publicação.

Através da análise dos artigos com leitura integral, estes foram relacionados aos atributos e posteriormente categorizados (Quadro 2). A análise orientou-se com base em uma categorização de atributos de soberania alimentar indicados por López-Giraldo e Franco-Giraldo<sup>4</sup> (2015, p.1363), dividindo-as em três grandes temas: [I] Aspectos relacionados ao meio-ambiente, [II] Aspectos relacionados aos direitos humanos e, [III] Aspectos político-econômicos.

<sup>4</sup> Estes são descritos no quadro 2.

<b>Categorias</b>	<b>Atributos</b>	<b>Nº do Artigo</b>
I. Aspectos do meio-ambiente	Modelo de produção agroecológico	9,15,19
	Sustentabilidade ecológica	8,15,18,19
	Sem uso de sementes geneticamente modificadas	3,19,21
II. Direitos Humanos	Alimentos ligados aos direitos humanos	4
	Fome como consequência da iniquidade	1,2, 3, 5, 7, 8,10,16
	Direito a alimentação com predomínio de valores coletivos	4
	Produção local	2,4,9,10,15,16
	Saúde	7,8,9,16
III. Político-econômicos	Proteção estatal	1,6, 8, 13, 15,16,19,20,21
	Discurso contra-hegemônico	2,3, 8, 9,10,12,13,14, 15,16, 17,18,20,21
	Organizações da sociedade civil	9,12,15,17,20,21
	Acesso a terra via reforma agrária	8,9,12,14,17,20

Quadro 2. Categorias de análise dos artigos com base nos atributos indicados por López-Giraldo e Franco-Giraldo, 2015, p.1363.

### 3.1 Soberania alimentar e aspectos do meio ambiente

Esta categoria é composta pelos aspectos<sup>5</sup>: “*modelo de produção agroecológico*”, “*sustentabilidade ecológica*” e “*não utilização de sementes geneticamente modificadas*”, e foi agrupada com temas relacionados à proteção, conservação e respeito ao meio ambiente. Essa premissa fundamenta-se na “proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade”, princípio visto no Art.17 da DUBDH (UNESCO, 2006), que indica o papel fundamental dos seres humanos a guardar a vida ambiental e valorizar os conhecimentos tradicionais. Cita-se também a importância de usar sabiamente conhecimentos quanto às modificações genéticas, principalmente ao que tange a “proteção das gerações futuras” (Art.16) de todas as formas de vida, considerando a humana, animal e ambiental (UNESCO, 2006). Posto isso, verifica-se várias afrontas a estes princípios quando não se garante a soberania alimentar.

<sup>5</sup> Conforme López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015, p.1363).



Miranda et al. (2007) destacaram que o uso de sementes transgênicas não compactua com a sobrevivência da agrobiodiversidade por incentivar a extinção de sementes crioulas e diversidade de alimentos. Além disso, os questionamentos e não conclusões quanto aos possíveis riscos que o uso dessas sementes pode trazer à saúde ou a vida humana, bem como ao meio ambiente, são ignorados, com cumprimentos ligados a interesses econômico-financeiros.

Debates relacionados à saúde humana e ao meio ambiente ainda incluem o uso exagerado de agrotóxicos e outros produtos químicos na agricultura intensiva que, além de ser prejudicial a quem os aplica e consome, é danoso aos solos, contaminam águas e outros recursos naturais, e carecem de amparo em políticas organizadas para sua utilização (MIRANDA et al, 2007; DÍAZ e ESCOBAR, 2015).

Ao analisar as discussões referentes às propostas de mudanças no Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/1965), Sauer e França (2012, p.285) indicaram que “a motivação central para as mudanças propostas não está relacionada à preocupação com a sustentabilidade ambiental ou com as mudanças climáticas”, está centrada em discurso desenvolvimentista que considera a terra como bem particular e pretende tirar o máximo proveito possível, mesmo que seja necessário invadir áreas de preservação ambiental. O argumento principal é pautado na maior produtividade; entretanto, os autores questionaram (p.294): “O equilíbrio ecológico é condicionante para garantir os recursos naturais necessários à produção de alimentos. Se isso é colocado em xeque, como esperar que o aumento da produção seja garantido?”.

Porto e Soares (2012, p.25) sugeriram a adoção dos sistemas de produção agroecológicos como enfrentamento do modelo baseado “na monocultura e uso intensivo de agrotóxicos”, protagonizado por pequenos agricultores (principalmente os de agricultura familiar) que podem resgatar práticas sustentáveis, permitindo sua inclusão no sistema de produção. Isso contraria a tendência do modelo vigente, que tende a excluí-los. Ainda, destacaram a importância do debate sobre uso de agrotóxicos de maneira interdisciplinar, integrando várias áreas do conhecimento e diversos atores sociais, possibilitando maior compreensão dos problemas envolvidos em sua utilização.

Agroecologia se refere “tanto a uma forma de lavoura quanto a um corpo de pesquisa e conhecimento científico que a informa”, não compactuando com o sistema voltado as formas de produção “capital-intensivas”, que visam atender ao mercado (LACEY, 2015, p. 175). Essa nova forma incentiva à agricultura familiar e produção local procura alinhar os “agricultores e suas comunidades”, buscando, dentre outras coisas, “a sustentabilidade dos agroecossistemas, a proteção da biodiversidade, a segurança alimentar e a saúde das suas comunidades e seus arredores, e o fortalecimento da sua cultura, agência, valores e bem-estar” (p. 176).

No resgate da cultura alimentar, destacam-se feiras de alimentos locais e trocar de sementes crioulas ou tradicionais realizadas na Argentina, “*experiencias que promoviendo las producciones agrícolas locales y familiares han construido un entramado social que se apoya en la producción de alimentos, el encuentro directo entre el productor y el consumidor, la recuperación de saberes y tecnologías apropiadas y agroecológicas*” (GARCÍA-GUERREIRO e WAHREN, 2015, p.335-336), importante fator para ressignificar a relação com a alimentação.

Maluf et al (2015, p.2305) trazem o exemplo da “agricultura sensível a nutrição” (“*nutrition-sensitive agriculture*” ou NSA), que engloba ao mesmo tempo: “*a) greater availability of fresh food produced in agroecological bases; b) social, economic and environmental sustainability; c) promotion of agrobiodiversity*”. Este modelo busca uma agricultura mais sustentável, que se relacione ao meio ambiente e promova sua diversidade, com alimentos ecologicamente mais saudáveis. No Brasil, alguns programas governamentais visam colaborar com a NSA, como o “programa de aquisição de alimentos”, onde o governo adquire diretamente de produtores familiares e estimula a agrobiodiversidade, ou o exemplo do “programa nacional de alimentação escolar”, que destina 30% do orçamento de alimentação escolar a compra de agricultura familiar (MALUF et al, 2015, p.2306-2307), mas deve-se considerar que podem ser frágeis ou insuficientes frente as necessidades.

### 3.2 Soberania alimentar e direitos humanos

Esta categoria abrange os temas “*alimento ligado aos direitos humanos*”, “*fome como consequência da iniquidade*”, “*produção local*”, “*direito a alimentação com predomínio de valores coletivos*”, todas com base em López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015, p.1363). Acrescentou-se também, com análise dos artigos, aspectos da soberania alimentar relacionados à “*saúde*”.

Esta categoria pauta-se no Art.10 da DUBDH (UNESCO, 2006), que preza sobre a igualdade, justiça e equidade, além da não “*violação da dignidade humana*” e “*dos direitos humanos*” previstos no Art.11. Ressalta-se também nesse diálogo a produção local e respeito à cultura alimentar ao que tange a elaboração das estratégias de alimentação, que pode ser fundamentada no Art.12, e indica o “*respeito pela diversidade cultural e pluralismo*”. Além disso, a saúde é vista no Art.14, afirmando que esta deve estar presente na agenda de qualquer governo, e que “*o progresso da ciência e da tecnologia deve fomentar*”, além da saúde, “*(b) o acesso à alimentação e água adequadas; (c) a melhoria das condições de vida e do meio ambiente; (d) a eliminação da marginalização e da exclusão, seja qual for o motivo em que se baseiam; (e) a redução da pobreza e do analfabetismo*”.

Observa-se frequentemente, quando se fala em produção de alimentos transgênicos, o discurso quanto à preocupação em aumentar a produção para alimentar uma população crescente; entretanto, sabe-se que existem problemas, mais especificamente no contexto brasileiro, relacionados ao (não) acesso aos alimentos devido às desigualdades econômicas (MIRANDA et al, 2007).

Chonchol (2005, p.47) indicou que “enquanto não existirem políticas que assegurem o pleno emprego e um rendimento satisfatório aos trabalhadores urbanos, o problema da fome e da subalimentação manter-se-á e agravar-se-á”, assim como a desigualdade no meio rural, decorrente da concentração do capital, deixando os pequenos agricultores (grande parte da população nesse ambiente) sem renda suficiente para adquirirem alimento para sobrevivência.

O mesmo é explicitado na Argentina, apresentando ligação do aumento dos preços a diminuição do poder de compra dos trabalhadores, dito por Giai e Veronesi (2010, p.31): “*en nuestro país el aumento creciente de los precios de los alimentos impacta negativamente sobre los salarios, en particular en los sectores de bajos ingresos*”, indicando novamente a incoerência entre disponibilidade e acesso.

Além disso, vê-se que o modelo de produção para exportação privilegia a produção de poucos produtos, mais lucrativos e contrariam estratégias que afirmam a soberania alimentar. A baixa produção e oferta de alimentos, junto com o alto custo de produção (devido, principalmente, a pouca produção e incentivo) de “leguminosas, verduras, frutas” fazem com que o preço aumente e dificulte o acesso (MORAES e VIEIRA, 2015, p.378). No México, verifica-se a tendência de produção de certos produtos visando sua exportação e transformação em combustíveis, enquanto alimentos considerados básicos são importados de outras nações, gerando dependência e trazendo problemas de saúde com a transformação da alimentação, uma vez que a dieta tende a “se adaptar” (SÁNCHEZ e MUÑOZ, 2014).

A insuficiência financeira também apareceu como problemática na alimentação de crianças (LINDSAY et al, 2012), pois as mães têm dificuldades em adquirir alimentos “mais saudáveis” para alimentarem seus filhos, além da própria inserção desses alimentos no hábito das crianças. Destaca-se que o problema não tange somente a falta de recursos para a compra desses (como frutas ou verduras), mas de adquirir alimentos, de forma geral, para toda sua família. Surge então necessidade de assistencialismo governamental para garantir o mínimo, os quais, neste exemplo, são pouco acessados pelas famílias (LINDSAY et al, 2012).

Programas de políticas públicas relacionadas à alimentação, no México, exemplificam a utilização da soberania alimentar como forma de buscar a diminuição de populações que sofrem

com os efeitos da fome, através de programas voltados a oferta de alimentos e subsídios monetários, da mesma forma que o programa brasileiro “fome zero” (SÁNCHEZ e MUÑOZ, 2014).

Grande importância deve ser dada ao consumo de pratos regionais e sua inserção na alimentação das crianças, incentivando a cultura e produção de alimentos locais. Exemplo disso é a inclusão de pratos regionais na alimentação escolar, promovendo o contato com sua cultura desde pequenos. *“The cultural heritage is an important resource for the food sovereignty of a country and should be constantly encouraged”* (CUNHA et al, 2014, p.432).

Ter uma cesta básica de alimentos é outra forma de política pública assistencialista, que além de ser contribuição importante para alimentação nutricionalmente adequada com preços que considerem a renda de quem a necessitará, leva (e precisa levar) em conta hábitos alimentares e alimentos locais. Sua metodologia de elaboração permite a existência de *“una fuente de información confiable para decisiones relacionadas con políticas alimentarias (producción, oferta y demanda, consumo de alimentos y educación alimentaria) y así favorecer a la seguridad y la soberanía alimentaria del país”* (ANTÚN, GRACIANO e PATRÓN, 2010, p.34).

Lindsay et al (2012) explicitou a existência de subnutrição e obesidade dentro do mesmo grupo populacional, visualizando a ligação entre alimentação e saúde, ordenando políticas associadas à saúde pública para educação nutricional e também outras perspectivas dentro dessa ligação. López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015), através de uma revisão de literatura, ressaltaram uma importante conexão entre soberania alimentar e saúde através de políticas relacionadas à alimentação, entretanto indicaram que esta conexão é muito fraca, pois não se encontram estudos que abordem toda sua complexidade.

Produzir alimentos em quantidade suficiente não basta para garantir alimentação adequada. É preciso considerar aspectos relacionados à qualidade do alimento e não somente existir produção em quantidade, pensando em calorias (SAUER e FRANÇA, 2012). Ainda, que a facilidade de comprar produtos industrializados não pode ser considerada uma melhoria de acesso à alimentação (SÁNCHEZ e MUÑOZ, 2014).

Por fim, López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015) afirmaram que as atuais estratégias para combater a fome estão voltadas a segurança alimentar, conceito que, segundo eles, relaciona-se ao sistema de produção industrial com foco na máxima produção, utilizando e desenvolvendo novas tecnologias, apoiando-se no livre comércio que atenda aos interesses hegemônicos. Entretanto, deve-se vincular ao conceito de soberania alimentar para a construção das políticas globais voltadas a alimentação, visando à autonomia e *“la autosuficiencia de las comunidades y el fortalecimiento de la gobernanza regional y local”* (p.1365).

### 3.3 Soberania alimentar e aspectos político-econômicos

Esta categoria concentra os seguintes aspectos<sup>6</sup>: “*proteção estatal*”, “*discurso contra-hegemônico*”, “*organizações da sociedade civil*”, e “*acesso a terra via reforma agrária*”. Ela origina-se no direito dos povos de terem autonomia quanto às decisões relacionadas à produção de alimentos, vista como conceito básico de soberania alimentar. Esses aspectos cruzam também com o princípio da “igualdade, justiça e equidade” (Art.10), além da própria “solidariedade e cooperação” (Art. 13) que não estão garantidas no sistema que privilegia o capital. Considera-se também a importância do respeito ao meio ambiente e natureza (Art.17), que acaba por contrariar o sistema voltado à maximização de produção. Por fim, ressalta-se também “que um meio importante de avaliar as realidades sociais e alcançar a equidade é prestar atenção à situação das mulheres”, argumento que não aparece como princípio na DUBDH (UNESCO, 2006), mas como reconhecimento para fundamentá-los.

Em uma busca sobre as temáticas de soberania alimentar, López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015, p.1357) indicaram que as pesquisas visam, a partir de um “discurso contra-hegemônico”, contrariar o sistema de produção vigente e privilegiar os pequenos produtores em detrimento das grandes concentrações na agricultura. Além disso, “*se enfatiza en la producción local, la protección de la biodiversidad, [...] y la participación de la sociedad civil* (LÓPEZ-GIRALDO e FRANCO-GIRALDO, 2015, p.1362). Por fim, concluíram que “*estos argumentos, no sólo revelan asuntos estructuralmente complejos del sistema alimentario global, sino que señalan serios desafíos para las políticas alimentarias a escala local, nacional e internacional que este último gane espacio en el debate político*” (p.1363).

Chonchol (2005) indicou que, com a modernização da agricultura, grandes empresas começaram a controlar e decidir sobre a produção de alimentos, inclusive sobre os pequenos produtores, fazendo com que os Estados e os povos percam sua autonomia de decisão quanto à sua produção, fator essencial para soberania alimentar. Além disso, ressalta que essa mudança na forma de produzir teve consequências diretas no êxodo e pobreza rural, visto que os pequenos produtores não conseguem competir com os grandes, gerando uma grande concentração de renda e desigualdade social. Os que antes produziam alimentos, principalmente para seu sustento, foram esmagados pela concorrência e hoje fazem parte da população subalimentada.

O Brasil baseou-se no neoliberalismo como parâmetro desenvolvimentista, sem sucesso para mitigar problemas crônicos do país, como sua grande desigualdade social. Observa-se o

---

<sup>6</sup> Conforme López-Giraldo e Franco-Giraldo (2015, p.1363).

aprofundamento do êxodo rural ao incentivar as grandes propriedades de terras e o uso intensivo de tecnologias na agricultura que favorecem o desemprego – a exemplo também do caso Colombiano, com monoculturas para produção de agrocombustíveis (DÍAZ e ESCOBAR, 2015). Isso confirma mais uma vez os compromissos com o capital internacional, debilitando a autonomia dos países para com sua produção de alimentos (MIRANDA et al, 2007). “Esse modelo de desenvolvimento orientado para as necessidades do mercado internacional foi um dos fatores de recrudescimento da soberania dos Estados e mais especificamente dos povos” (GOMES JR e ANDRADE, 2013, p.394). O modelo procura separar o rural do urbano (ou o “campo e cidade”), entretanto estes estão intimamente ligados, sendo possível a união e integração desses dois espaços na busca pela garantia da soberania alimentar (SILVA e THOMAZ-JUNIOR, 2014).

Dentro desse contexto, Sauer e França (2012) afirmaram que tentativas (e sucessos) de mudar o Código Florestal são confirmações do compromisso do governo em manter o atual modelo, privilegiando os detentores de capital em sua busca por terras, mesmo que isso leve a diminuição das áreas de preservação permanente (APP) e afete a soberania alimentar: “a preservação das APPs é, antes de tudo, uma condição *sine qua non* para a segurança e soberania alimentar do Brasil” (p. 304).

A Argentina, através de um “plano estratégico agropecuário” (“plan estratégico agropecuário” ou “PEA2”), promove o cultivo de grãos como estratégia de “segurança alimentar”, sem se preocupar com pequenos produtores e a cultura local, permitindo a concentração da produção em poucas mãos (GARCÍA-GUERREIRO e WAHREN, 2015, p.331).

Moraes e Vieira (2015) criaram dois neologismos para exemplificar o que aconteceu com a transformação do modelo de agricultura, principalmente após a revolução verde, com a modernização tecnológica e mudança de viés mercadológico incentivado pelo Estado; nesse caso, estudou a situação que aconteceu no Paraguai, citando suas similaridades com o modelo brasileiro. São os neologismos: o modelo “empresarial-monopolista-agroexportadora”

*caracterizada pelo grandefúndio – em virtude de sua propensão a gerar a monopolização das propriedades e a espoliação dos pequenos proprietários graças ao capital mercantil e às frágeis relações trabalhistas –; pela especulação fundiária; pela gestão empresarial; pelo alto nível de capital de exploração; pelo uso de mão de obra assalariada; pelas linhas de exploração monoculturista, voltada exclusivamente para o mercado; pela presença de poucas mas poderosas corporações durante todo o ciclo produtivo; e pela baixa integração às cadeias de comercialização interna (MORAES e VIEIRA, 2015, p.370).*

E o modelo “familiar-cooperativista-alimentício”, o qual foi dominado e pelo primeiro, e é:

*concentrado nos pequenofúndios e nos mediefúndios – em razão das reproduções sociais e da manutenção da identidade familiar campesina –; na estrutura centrada na família; no baixo/médio nível de capital de exploração, que o leva ao estabelecimento organizacional cooperativista ou associativista; na democratização da terra; na interação entre gestão e trabalho; na variação dos parceiros corporativos durante o ciclo produtivo; nas linhas de exploração diversificada, focando, todavia, na produção alimentícia com graus variáveis de mercantilidade interna e externa e servindo para o consumo próprio* (MORAES E VIEIRA, 2015, p.370).

O modelo que privilegia a monocultura, exportação de poucas variedades de grãos para alimentação de animais e produção de combustíveis, colabora para a destruição das agriculturas familiares, bem como da cultura alimentar e dos próprios povos tradicionais – como os índios e quilombolas (PORTO e SOARES, 2012). Os indígenas são um povo extremamente marcado pela falta de autonomia em suas decisões, envoltos em um sistema que influencia seu modo de vida, ligado ao padrão imposto pela globalização. Demandam então ao Estado controle sobre suas escolhas, sendo uma delas a soberania alimentar, além do controle da terra para produção, visto que são marcados pela falta de terras (ULLOA, 2010).

O fortalecimento da agricultura que contribuiu para o modelo hegemônico foi incentivado pelos Estados e precisa novamente do seu protagonismo para liderar a contracorrente. Para isso, Porto e Soares (2012, p.25) indicaram a produção focada no modelo agroecológico, sugerindo a organização da sociedade para reivindicar políticas públicas que a contemplem, além da “atuação de movimentos sociais ligados à reforma agrária, à economia solidária, à agroecologia, à segurança e soberania alimentar, à segurança química e aos pequenos produtores, além de outros grupos ambientalistas, de defesa de consumidores e da saúde pública”.

Destaca-se na Argentina a atuação de movimentos sociais, como o movimento campesinato que atua “*como sujeto político y mantiene una vigencia en los escenarios rurales a través de estos campos de experimentación productivos y de comercialización que contrarrestan a escala local y regional los efectos del agronegocio en la producción y en las cadenas de comercialización*” (GARCÍA-GUERREIRO e WAHREN, 2015, p.337). Exemplo similar é também presente na Colômbia (SANTACOLOMA-VARÓN, 2015).

Outra perspectiva importante é a relação da soberania alimentar com o papel da mulher na produção de alimentos. Gomes Jr e Andrade (2013, p.393) defenderam a importância da mulher como protagonista na luta da garantia de soberania alimentar dos povos, uma vez que o avanço tecnocientífico agravou a desigualdade de gênero; estas, que são marginalizadas na agricultura, têm importante destaque oriundo das reivindicações e “mobilizações das mulheres do campo”,

ressaltado pelo seu papel histórico junto à alimentação e cultura alimentar de seus povos. Sendo assim, são “sujeitos da soberania alimentar, seja pelo interesse em promover novas formas de organização social no meio rural, seja pelo de garantir o consumo familiar tradicionalmente atribuído a elas” (p.397).

Junto a isso, viram-se perdas significativas e o esfacelamento de tradições e práticas ligadas à cultura alimentar. Portanto, a busca pela soberania alimentar precisa reconhecer o papel das mulheres e incluí-las nos debates, indo “na contramão de um projeto desenvolvimentista, homogeneizador, insustentável e patriarcal” (GOMES Jr e ANDRADE, 2013, p.400).

Por fim, a DUBDH, como norteadora ética dos conflitos envolvidos nas políticas do Estado, precisa ser vinculada também nas decisões de produção de alimentos, respeitando seus princípios. A autonomia deve ser reestabelecida aos povos, protegendo suas decisões, que privilegiem e emancipem os marginalizados dentro de um sistema de produção mais sustentável.

### 3. Conclusão

A alimentação é condição essencial para a existência dos indivíduos, e, do ponto de vista da interseção entre bioética e direitos humanos, deveria estar disponível em quantidade e qualidade adequadas para todos, sob o risco de infringir o valor da vida e da dignidade da pessoa humana.

A análise da literatura sobre soberania alimentar orientada pela bioética demonstrou, contudo, que a crescente concentração de terras, de meios de produção e de capital, tem trazido consequências imediatas para a saúde de indivíduos, aumento das desigualdades, além de prejuízos para a sustentabilidade do meio ambiente e, para a sobrevivência adequada do próprio planeta. As três categorias utilizadas neste estudo (aspectos do meio ambiente, direitos humanos e aspectos político-econômicos) permitem ressaltar problemáticas do sistema alimentar mundial que infringem diretamente princípios estabelecidos na DUBDH.

O conceito de soberania alimentar aproxima-se de muitas premissas utilizadas na Declaração, como os Art.10, 11, 12, 13, 14, 16 e 17 já citados anteriormente. Conforme o conceito apresentado pela Via Campesina, as estratégias devem ser sustentáveis, precisam garantir o direito a alimentação, e valorizar e respeitar a cultura alimentar e biodiversidade, importantes características também presentes na Declaração.

É possível então, a partir da garantia da soberania alimentar, respeitar os princípios expostos e que, uma vez dirigida principalmente aos Estados, deve estar alinhada às suas políticas e



legislações. Isto se pauta tanto nas preocupações com as inserções de novas tecnologias na produção de alimentos (a exemplo das biotecnologias), quanto à garantia de direitos universais expostos no documento, protegendo os mais vulneráveis dentro desse sistema – sejam eles produtores, consumidores ou a própria natureza.

Assim, torna-se urgente ampliar os estudos interdisciplinares envolvendo os aspectos envolvidos na da alimentação e soberania alimentar – incluindo produção, distribuição, preparo e consumo – objetivando a transformação concreta nas relações socioeconômicas que mantém a vulnerabilidade de países, grupos e indivíduos frente a este componente que é vital para a existência humana e não-humana na terra.

Garantir o direito a alimentação e água adequadas, o respeito ao meio ambiente e a busca por emancipação de pequenos produtores e consumidores de alimentos são indicações éticas óbvias, mas que devem ser reafirmadas exaustivamente em contextos de agudos conflitos como os identificados na presente revisão integrativa da literatura.

## Referências Bibliográficas

- ◆ ANTÚN, C.; GRACIANO, A.; PATRÓN, V. “Canasta Básica de Alimentos”. *Diaeta* (Bs. As. en línea), 28 (131), Buenos Aires, 2010, 32-34.
- ◆ BETTO, F. “A fome como questão política”. *Estudos Avançados* 17 (48), 2003, 53-61.
- ◆ BERNSTEIN, H. “Soberania alimentar: uma perspectiva cética”. *Sociologias*, 17 (39), Porto Alegre, 2015, 276-336.
- ◆ BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Conceitos, 02 de jan de 2013. *Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar*. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>.
- ◆ BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm).
- ◆ CHONCHOL, J. “A soberania alimentar”. *Estudos Avançados* 19 (55), São Paulo, 2005, 33-48.

- ◆ CUNHA, D.T., GONÇALVES, H.V.B, LIMA, A.F.A., MARTINS, P.A., ROSSO, V.V., STEDEFELDT, E. “Regional food dishes in the Brazilian National School Food Program: Acceptability and nutritional composition”. *Revista de Nutrição* 27 (4), 2014, 423-434.
- ◆ DÍAZ, A.J.A., ESCOBAR, Y.C. “Agrocombustibles y soberanía alimentaria en Colombia”. *Revista Colombiana de Geografía*, 24 (1), 2015, 43-60.
- ◆ GARCÍA-GUERREIRO, L., WAHREN, J. “Seguridad Alimentaria vs. Soberanía Alimentaria: La cuestión alimentaria y el modelo del agronegocio en la Argentina”. *Trabajo y sociedad*, 26, Santiago del Estero, 2016, 327-340.
- ◆ GIAI, M., VERONESI, G. “Cadenas productivas y disponibilidad de alimentos en Argentina”. *Diaeta* (Bs. As, en línea), 28 (131), Buenos Aires, 2010, 27-31.
- ◆ GOMES JR, N.N., ANDRADE, E.R. “Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar”. *Textos & Contextos*, 12 (2), Porto Alegre, 2013, 392-402.
- ◆ HEINISCH, C. “Soberanía alimentaria: un análisis del concepto”. In. HIDALGO, F.; LACROIX, P.; ROMÁN, P. (Eds.). *Comercialización y soberania alimentaria*. Quito: SIPAE, 2013, 11-36.
- ◆ LACEY, H. “A agroecologia: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica”. *Estudos avançados* 29 (83), 2015, 175-181.
- ◆ LINDSAY, A.C., FERARRO, M., FRANCHELLO, A., DE LA BARRERA, R., TAVARES MACHADO, M.M., PFEIFFER, M.E., PETERSON, K.E. “Child feeding practices and household food insecurity among low-income mothers in Buenos Aires, Argentina”. *Ciência & Saúde Coletiva* 17(3), 2012, 661-669.
- ◆ LÓPEZ-GIRALDO, L.A., FRANCO-GIRALDO, A. “Revisión de enfoques de políticas alimentarias entre la seguridad y la soberanía alimentaria (2000-2013)”, *Cadernos de Saúde Pública*, 31(7), Rio de Janeiro, 2015, 1355-1369.
- ◆ MALUF, R.S., BURLANDY, L., SANTARELLI, M., SCHOTTZ, V., SIMÕES SPERANZA, J. “Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20 (8), 2015, 2303-2312.
- ◆ CARVALHO DE MIRANDA, A., COSTA MOREIRA, J., CARVALHO, R., PERES, F. “Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil”. *Ciência & Saúde Coletiva* 12 (1), 2007, 7-14.
- ◆ MORAES, I.A., VIEIRA, F.A.C. “Capitalismo agrário e movimentos camponeses no Paraguai”. *Estudos Históricos* 28 (56), Rio de Janeiro, 2015, 363-384.

- ◆ PORTO, M.F., SOARES, W.L. “Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 37 (125), São Paulo, 2012, 17-50.
- ◆ POTTER, V.R. *Bioethics: bridge to the future*. Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall, 1971.
- ◆ SÁNCHEZ, G.S., MUÑOZ, V.H.P. “El escenario actual de la Alimentación en México”. *Textos & Contextos* 13 (1), Porto Alegre, 2014, 128-142.
- ◆ SANTACOLOMA-VARÓN, L.E. “Importancia de la economía campesina en los contextos contemporáneos: una mirada al caso colombiano”. *Entramado* 11 (2), 2015, 38-50.
- ◆ GARRAFA, V. “Inclusão social no contexto político da Bioética”. *Revista Brasileira de Bioética* 1 (2), Brasília, 2005, 122-32.
- ◆ SAUER, S., FRANÇA, F.C. “Código florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar”. *Caderno CRH* 25 (65), Salvador, 2012, 285-307.
- ◆ SILIPRANDI, E. “É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje?” *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* 2 (4), Porto Alegre, 2001, 16-19.
- ◆ SILVA, J.V.R., THOMAZ-JUNIOR, A. “Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR)”. *Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía* 23 (2), Bogotá, 2014, 161-178.
- ◆ SOUZA, M.T, SILVA, M.D., CARVALHO, R. “Revisão Integrativa: o que é e como fazer”. *Einstein* 8 (1Pt1), 2010, 102-106.
- ◆ STEDILE, J.P., CARVALHO, H.M. “Soberania alimentaria: una necesidad de los pueblos”. *Brasil sem fome*, 2010. Disponível em [http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos\\_final/502trabajo.pdf?PHPSESSID=ffc42510e755335c76404a255913b8ab](http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/502trabajo.pdf?PHPSESSID=ffc42510e755335c76404a255913b8ab).
- ◆ ULLOA, A. “Reconfiguraciones conceptuales, políticas y territoriales en las demandas de autonomía de los pueblos indígenas en Colombia”. *Tabula Rasa* v.13, Bogotá, 2010, 73-92.
- ◆ UNESCO. “Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos”, Portugal, 2006. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>.

Fecha de recepción: 18 de julio de 2017

Fecha de aceptación: 25 de septiembre de 2017